

Governo da Sociedade

Princípios de bom governo

Princípios de bom governo

A CP cumpre os princípios do bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de março de 2007.

Informação a constar no Relatório de Gestão e Contas	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Missão, Objetivos e Políticas.	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas.	X			
Outras transações				
Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos FSE (no caso de esta percentagem ultrapassar 1 M€).	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificação auditor externo	X			
Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Sistemas de controlo de riscos	X			
Prevenção de conflitos de interesses	X			
Divulgação de informação	X			

Missão, objetivos e políticas

A CP tem por missão prestar serviço de transporte ferroviário de passageiros, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança.

São seus desígnios:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene;
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos clientes;
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e com capacidade de iniciativa;
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado;
- Estabelecimento de sistemas de preços compatíveis com os vários mercados e que tenham em conta a relação preço/qualidade;
- Contratualização justa quer dos serviços prestados, nomeadamente do serviço público, quer dos serviços necessários à exploração;
- Comunicação dinâmica e de qualidade;
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados;

- Valorização das relações com as comunidades locais.

Visa prestar um serviço de transporte ferroviário, orientado para o cliente e amiga das pessoas e do ambiente, capaz de satisfazer as expectativas de qualidade e de segurança dos seus clientes, pautando a sua atuação por critérios e objetivos de eficácia e de competitividade.

A atividade da CP tem subjacente como valores profundos, base do seu "core business", a Segurança, a Qualidade e o Ambiente, como valores posicionais que lhe permitem diferenciar-se positivamente no mercado onde atua, o Profissionalismo, a Ética e a Iniciativa e como valores relacionais o Humanismo e o Compromisso.

A atividade desenvolvida pela CP em 2012 fundamentou-se nos vetores acima referidos.

Regulamentos internos e externos

No que se refere aos regulamentos internos, são de referir os Acordos de Empresa/Sindicatos, os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovia/Tração e de Licenciados e Bacharéis), o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas, o Regulamento de Compras, o Manual de Qualidade e Ambiente, o Regulamento de Tratamento de Resíduos, de Políticas e Normas de Segurança corporizados na Certificação do Sistema de Gestão de Segurança e o Código de Ética.

No âmbito da regulamentação externa, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, o diretório da rede, que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., na qualidade de gestor da infraestrutura, respeitando o Regulamento 21/2005 do INTF e demais legislação aplicável acima citada.

Através do diretório da rede são definidas as condições de acesso à infraestrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda, os princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infraestrutura.

Ainda não se dispõe de um contrato que regule a relação entre a REFER e a CP, na base do respeito do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização das ineficiências.

LEGISLAÇÃO / REGULAMENTAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA RELEVANTE

A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

Legislação	Assunto
Dec-Lei nº 137-A/2009, de 12 de junho	Estatutos da CP
Lei nº 1/2009, de 5 de janeiro	Regime Jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes
Dec-Lei nº 394/2007, de 31 de dezembro, alterado pelo Dec-Lei nº 114/2009, de 18 de maio	Investigação de acidentes ferroviários
Dec. Lei n.º 104/1997, de 29 de abril, alterado pelo Dec-Lei nº 141/2008, de 22 de julho	Criação da REFER
Dec-Lei nº 395/2007, de 31 de dezembro	Criação do GISAF (entidade a quem compete a investigação de acidentes ferroviários)
Dec-Lei nº 147/2007, de 24 de julho	Criação do IMTT, atual IMT
Dec-Lei nº 236/2012, de 31 de outubro	

Legislação	Assunto
Dec. Lei n.º 39780, de 21 de agosto de 1954	Regulamento de Exploração e Polícia do Caminho-de-ferro
Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro de 2007, que deu nova redação ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro	Consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem aos clientes o livro de reclamações
Lei nº 28/2006, de 4 de junho, cujo n.º 2 do art.º 5.º foi alterado pelo DL n.º 14/2009, de 14 de janeiro	Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de passageiros (passageiros sem título ou com título inválido).
Dec. Lei n.º 8/1993, de 11 de janeiro	
Portaria n.º 50/94, de 19 janeiro - Fixação de preços dos títulos combinados	Preços e Condições do contrato de transporte ferroviário
Dec-Lei nº 58/2008, de 26 de março	

Legislação	Assunto	Legislação	Assunto
Dec. Lei 231/2007, de 14 de junho, que altera e republica o Dec. Lei 270/2003, de 28 de outubro, com alterações introduzidas pelo DL 20/2010, de 24.3 e DL 27/2011, de 17.2	Condições de Prestação dos Serviços de Transporte e de gestão da infraestrutura Ferroviária	Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março - Procede à liberalização da prestação de serviços de transporte ferroviário internacional de passageiros na infraestrutura ferroviária nacional e define as respetivas regras de acesso, transpondo a Diretiva 2007/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007	Operação (cont.)
Regulamento n.º 21/2005 do INTF que no final do ano foi revogado e substituído pelo Regulamento n.º 630/2011 do IMTT, de 12 de dezembro, aplicável aos Diretórios a partir de 2012 - Taxas de utilização da infraestrutura.	Taxa de Utilização de Infraestrutura	Regulamento n.º 443/2010, de 17 de maio - procedimentos de emissão de certificado de segurança a obter pelo operador	
Regulamento do IMTT n.º 473/2010, de 20 de maio - estabelece o regime de melhoria de desempenho para a rede ferroviária nacional, revoga o capítulo iv do Regulamento n.º 21/2005, de 3 de fevereiro		Lei n.º 16/2011, de 3 de Maio, sobre certificação de maquinistas	
Dec-Lei n.º 568/99, 23 de janeiro - Aprova o Regulamento de Passagens de Nível, alterado pelo DL 24/2005, de 26 de janeiro		Despacho Conjunto n.º 261/99, 5.3.1999 - Estabelecimento da concessão CP, com a alteração resultante do Despacho n.º 20408/2009, publicado na 2ª série do D.R, de 10.9.2009 (as instalações nele mencionadas que estavam afetas à Fergráfica e constavam desta listagem por força deste despacho transitaram para a REFER).	
Regulamento n.º 18/2000 do INTF- Autorização de circulação de material circulante em exploração		Dec-Lei n.º 558/99, 17 de dezembro - alterado e republicado pelo Dec-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto - Aprova o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado	Outros diplomas
Dec-Lei n.º 75/2003, 16 abril - Aprova o regime jurídico que estabelece as condições a satisfazer para concretizar, no território nacional, a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional.	Operação	Dec. Lei n.º 276/2003, 4 de novembro - Domínio Público Ferroviário	
Portaria n.º 168/2004, 18 de fevereiro - Aprova o modelo relativo ao seguro obrigatório e o modelo relativo à licença de prestação de serviço de transporte nacional ferroviário e define o modelo de licença de prestação de serviço de transporte ferroviário internacional		Lei 18/2008, de 18 de janeiro - Código dos Contratos Públicos (entra em vigor em 30.7.08)	
		Dec-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto (indenizações compensatórias)	
		Resoluções do Conselho de Ministros (sobre o bom governo das empresas do sector empresarial do Estado):	

Legislação	Assunto	Legislação	Assunto
<p>- n.º 49/2007, de 28 de março</p> <p>- n.º 70/2008, de 22 de abril</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de dezembro que:</p> <p>- mandata a REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE, para identificar no 1.º trimestre de 2011 as linhas ou troços suscetíveis de desclassificação, nos termos da Lei de Bases dos Sistemas de Transportes Terrestres;</p> <p>- antecipa para 2011 do processo de concessão de serviços de transporte ferroviário de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, incumbindo a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. da elaboração dos estudos tendentes ao lançamento dos procedimentos concursais até ao final do 1º semestre de 2011.</p>	<p>Outros diplomas (cont.)</p>	<p>Decisão da Comissão n.º 2007/756/CE, de 9 de novembro, sobre especificações comuns do registo nacional de material circulante previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 14.º da Diretiva 96/48/CE e da Diretiva 2001/16/CE.</p> <p>Regulamento (CE) n.º 352/2009 da Comissão, de 24 de abril de 2009, relativo à adoção de um método comum de segurança para a determinação e a avaliação dos riscos, conforme referido no n.º 3, alínea a), do artigo 6.º da Diretiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, aplicável a partir de 19 de julho de 2010 a todas as alterações técnicas significativas em veículos e a todas as alterações que digam respeito a sub-sistemas estruturais, quando exigido pelo n.º 1 do artigo 15.º da Diretiva 2008/57/CE ou por uma ETI.</p>	<p>Legislação comunitária diversa, diretamente aplicável (cont.)</p>
<p>Regulamento (CE) n.º 653/2007, de 13 de junho, relativo à utilização de um modelo europeu comum de certificado de segurança e respetivo requerimento, e ainda à validade dos certificados de segurança emitidos ao abrigo da Diretiva 2001/14/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Fevereiro. Entrou em vigor no dia 15.6.2007</p> <p>Regulamento (CE) n.º 1371/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, que entrou em vigor dia 3.12.2009</p>	<p>Legislação comunitária diversa, diretamente aplicável</p>	<p>Decisão n.º 2010/17/CE da Comissão, de 29 de outubro de 2009, relativa à adoção dos parâmetros básicos para os registos das cartas de maquinista e dos certificados complementares previstos na Diretiva 2007/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho</p> <p>Regulamento (UE) n.º 36/2010 da Comissão de 3 de dezembro de 2009, relativo aos modelos comunitários de carta de maquinista, certificado complementar, cópia autenticada do certificado complementar e formulário de pedido da carta de maquinista</p>	

Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas

As transações relevantes, incluindo as financeiras, com entidades relacionadas constam no seguinte quadro:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	6.001.935	5.830.065
CP CARGA, SA	31.430.729	29.105.537
FERNAVE, SA	134.806	319.906
FERGRÁFICA, SA	12.000	23.251
SAROS,Lda	40	0
ECOSAÚDE, SA	67.894	62.481
Associadas		
TIP, ACE	449.541	367.696
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	47.306	0
Total	38.144.251	35.708.936
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-28.247.521	-35.114.598
CP CARGA, SA	-558.161	-3.488.452
FERNAVE, SA	-436.398	-3.771.064
FERGRÁFICA, SA	-213	-71.481
SAROS,Lda	0	0
ECOSAÚDE, SA	-805.538	-974.255
Associadas		
TIP, ACE	-778.834	-125.805
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-10.628.832	0
Total	-41.455.497	-43.545.655

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	20.669.177	11.285.234
CP CARGA, SA	43.930.280	0
FERNAVE, SA	642.051	686.000
FERGRÁFICA, SA	515.282	418.553
SAROS,Lda	0	0
ECOSAÚDE, SA	0	0
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-718.721	-1.999.000
Total	65.038.069	10.390.787

Informação sobre outras transações

Os procedimentos adotados pela CP são os legais constantes no Código da Contratação Pública (CCP), no Regulamento de Compras em vigor e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços.

A lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, com faturação ultrapassando 1 milhão de euros, consta do quadro que a seguir se apresenta:

Facturação de fornecedores de valor superior a 1 milhão de €		
Ano de 2012		
Fornecedor	Montante S/IVA	Moeda
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	48.022.726	EUR
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. SA	42.004.311	EUR
EDP COMERCIAL COM.DE ENERGIA, S.A.	17.089.072	EUR
PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PETROGAL,S.A.	9.257.578	EUR
EMEF / SIEMENS, ACE	8.748.765	EUR
ENDESA ENERGÍA S.A. (SUC.PORTUGAL)	5.262.599	EUR
RENFE Operadora	4.987.550	EUR
COMP. CARRIS DE FERRO DE LX-SA	4.293.041	EUR
SIEMENS S.A	3.867.722	EUR
SERVIRAIL-SERV.REST.E HOTELARIA,LDA	2.752.688	EUR
SCOTTURB-TRANSPORTES URBANOS, LDA	2.347.652	EUR
ETAC-EMP. TRANSP.ANTÓNIO CUNHA, SA	1.928.232	EUR
CHARON-PRES.SERV.SEG.VIG.LDA	1.960.484	EUR
TST-TRANSPORTES SUL DO TEJO SA	1.935.275	EUR
METROPOLITANO DE LISBOA E.P.E.	1.898.888	EUR
EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A	1.531.079	EUR
BOMBARDIER TRANSPORT. PORTUGAL, SA	1.321.546	EUR
VIMECA TRANSPORTES-VM.CARNAXIDE,LDA	1.240.424	EUR
ESABE LIMPIEZAS INTEGRALES, SL	1.162.175	EUR
DIREC.NACIONAL DA POLIC.SEG.PÚBLICA	1.081.186	EUR

No âmbito dos procedimentos adotados relativamente aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio – divulgado através do Ofício 6132/2010 de 6 de agosto), refere-se a obrigação de qualquer órgão da empresa ter de justificar, quando solicita autorização ao Conselho de Administração para efetuar despesa no valor de 125.000,00 euros ou superior, a necessidade da aquisição e objetivos a alcançar, a necessidade de contratar entidades externas face à ausência de recursos internos, assim como os resultados obtidos com o investimento e respetivos desvios. Assim, todas as aquisições foram feitas de acordo com o referido Despacho.

Modelo de governo

Órgãos sociais e organigrama



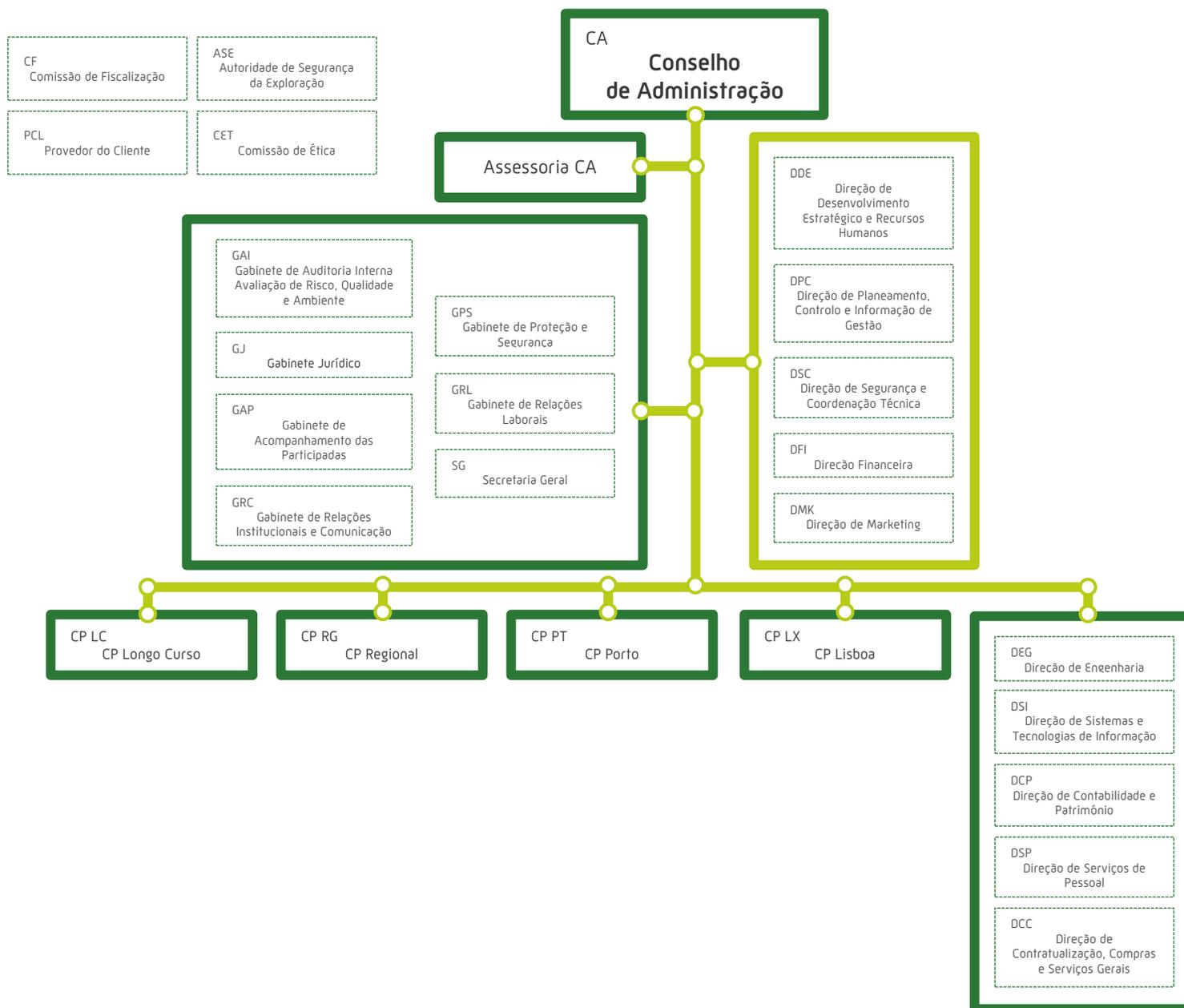
Conselho de Administração

- 1 Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoiel (cessou funções em 31-12-2012)
- 2 Vice-presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira
- 3 Vogal [1]: Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira
- 4 Vogal [2]: Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
- 5 Vogal [3]: Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

Comissão de Fiscalização

- Presidente: Dr. Issuf Ahmad
- Vogal ROC: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Organigrama



Áreas de responsabilidade dos membros do Conselho de Administração

De 1 de janeiro a 11 de abril de 2012 (Deliberação nº 21/2010, de 9 de dezembro de 2010):

Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Salomão Coelho Benoliel

- Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação
- Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente
- Gabinete de Acompanhamento das Participadas
- Provedor do Cliente
- Autoridade de Segurança da Exploração

Vice-presidente do Conselho de Administração, Dr. Alfredo Vicente Pereira

- Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão
- Direção Financeira
- Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação
- Direção de Contabilidade e Património
- Direção de Contratualização, Compras e Serviços Gerais

Vogal do Conselho de Administração, Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

- Gabinete de Proteção e Segurança
- Direção de Segurança e Coordenação Técnica
- Direção de Engenharia

- CP Longo Curso
- CP Regional

Vogal do Conselho de Administração, Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

- Direção de Marketing
- CP Lisboa
- CP Porto

Vogal do Conselho de Administração, Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

- Gabinete Jurídico
- Gabinete de Relações Laborais
- Secretaria Geral
- Direção de Desenvolvimento Estratégico e Recursos Humanos
- Direção de Serviços de Pessoal

Em 12 de abril (Deliberação n.º 2/2012, de 12 de abril de 2012)

O Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação (GRC) passou a integrar as áreas de responsabilidade que constituem o pelouro afeto à Senhora Administradora, Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias.

Em 31 de maio de 2012 (Deliberação n.º 3/2012 de 31/05/2012)

A Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSI) passou a integrar as áreas de responsabilidade que constituem o pelouro afeto ao Senhor Presidente, Dr. José Salomão Coelho Benoliel.

A partir de 28 de novembro de 2012 (Deliberação n.º 5/2012 de 28/11/2012)

Na sequência da apresentação da renúncia ao exercício do cargo pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. José Salomão Coelho Benoliel, e sem prejuízo da continuidade do pleno exercício das suas funções até ao termo do atual mandato, nos termos da legislação aplicável, as áreas de responsabilidade que têm estado atribuídas ao Senhor Presidente do Conselho de Administração foram redistribuídas nos seguintes termos:

Vice-presidente do Conselho de Administração, Dr. Alfredo Vicente Pereira

- Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão
- Direção Financeira
- Direção de Contabilidade e Património
- Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação
- Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente
- Gabinete de Acompanhamento das Participadas
- Assessor do Conselho de Administração para as Relações Internacionais
- Assessor do Conselho de Administração para as Relações Públicas
- Assessor do Conselho de Administração para a Consultoria de Seguros do Grupo CP

Vogal do Conselho de Administração, Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

- Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação
- Gabinete de Proteção e Segurança
- Direção de Segurança e Coordenação Técnica
- Direção de Engenharia
- CP Longo Curso/CP Regional
- Autoridade de Segurança da Exploração

Vogal do Conselho de Administração, Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

- Direção de Marketing
- CP Lisboa
- CP Porto
- Direção de Contratualização, Compras e Serviços Gerais
- Provedor do Cliente

Vogal do Conselho de Administração, Dr.ª Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa

- Gabinete Jurídico
- Gabinete de Relações Laborais
- Secretaria Geral
- Direção de Desenvolvimento Estratégico e Recursos Humanos
- Direção de Serviços de Pessoal
- Assessoria do Conselho de Administração – Assessores Projetos Especiais.

Número de reuniões do Conselho de Administração no ano de 2012

Durante o ano de 2012 realizaram-se sessenta e três reuniões do Conselho de Administração. As decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração em 2012 foram:

● Medidas a nível interno e do Grupo CP

- Reorganização interna da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.;
- Aprovação do Plano Plurianual de Promoção de Eficiência 2012-2019;
- Projeto de formação *e-learning* para cursos dos produtos Alfa e Intercidades;
- Recomposição da Comissão de Ética da CP;
- Aquisição pela CP das participações sociais da Fernave, S.A. e da Ecosaúde, S.A.;
- Medidas tendentes à alienação de material circulante inoperacional;
- Medidas tendentes à alienação de bens imobiliários não necessários à atividade;
- Entrega de Pins e dos Prémios de Melhoria Contínua 2012;

● Medidas a nível comercial e de exploração

- 5ª fase do Modelo Tarifário dos serviços Regional e Inter-Regional e alteração do material circulante na linha do Algarve;
- Alteração do tarifário no serviço Intercidades da linha do Alentejo, nos eixos de Évora e Beja, e na linha do Sul;

- Alteração do tarifário do serviço Intercidades da linha da Beira Baixa;
- Novas paragens do Alfa Pendular na linha do Sul;
- Reestruturação do sistema tarifário da CP Lisboa;
- Reestruturação do sistema tarifário da CP Porto;
- Implementação das medidas de reestruturação do Modelo de Zonamento CP Lisboa e CP Porto a ocorrer em 2013;
- Alteração do modelo de exploração para o serviço de Longo Curso e Regional na linha da Beira Alta;
- Reformulação das ligações ferroviárias no troço Caíde/Marco;
- Implementação do Sistema de Acesso Controlado de Passageiros às estações da CP Lisboa;
- Implementação da 2ª fase do Sistema de Acesso Controlado de Passageiros às estações da CP Lisboa;
- Aditamento ao Acordo Intermodal com o TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, alterando as disposições relativas às áreas geográficas e à repartição de receita;
- Implementação do novo modelo produtivo para o serviço Internacional Sud-Express e Lusitânia Comboio Hotel, com a RENFE-Red Nacional de Ferrocarriles Españoles;
- Protocolo CP/RENFE para Prestação de Serviço Ferroviário Internacional entre Porto/Vigo;
- Cessação do contrato de concessão da exploração das estações de Lisboa e Porto celebrado com a REFER;

- Implementação do “Horário Único”, decorrente do projeto Interfaces CP/REFER;
- Contratualização do Regime de Melhoria de Desempenho da Infraestrutura Ferroviária com a Rede Ferroviária Nacional-REFER, E.P.E.;
- Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil que garante a responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros e atividades complementares;
- Implementação do SIGO – Sistema Informático de Gestão de Ocorrências;
- Implementação da sinalética de atendimento prioritário nas bilheteiras das unidades de negócio;
- Investimento na Sinalização de Plataformas nos locais de embarque e desembarque para os Clientes com Necessidades Especiais;
- Suspensão de venda de quartos de bilhetes em todas as MVAs;
- Renegociação do Contrato da CP com a Ecosaúde, Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A para Assistência a Clientes;
- Concessão da exploração de serviço de bar nos Intercidades dos eixos Lisboa-Porto-Guimarães, Lisboa-Guarda e Lisboa-Faro;
- Manutenção do transporte rodoviário alternativo no troço Tua – Cachão e o serviço ferroviário entre Mirandela e Cachão na linha do Tua;
- Incrementos de aplicações para *smartphones* e do CP Mobi;
- Medidas para disponibilização de serviços de internet a bordo dos comboios, via *wifi* com acesso livre, a bordo dos CPA;
- Medidas para instalação do sistema de antenas para receção e descodificação do sinal de televisão por satélite nos Alfas Pendulares;
- Medidas com vista ao desenvolvimento de um modelo de sistema de venda internacional;
- Projeto-piloto de combate à fraude nas linhas suburbanas da CP Lisboa;
- Comemorações dos 40 anos do InterRail;
- Participação na 6ª edição do estudo Corporate Headquarters 2012;
- Participação na 33ª Global Management Challenge;
- Participação no Green Project Awards Portugal 2012;
- Participação na Unidade de Missão para a elaboração da “Carta da Mobilidade Ligeira”;
- Protocolo com o Turismo do Porto e Norte – Serviços Turísticos visando potenciar a visibilidade da oferta de interesse turístico;
- Protocolo CP/EMCEL para venda de títulos de transporte CP na estação de Celorico da Beira.
- Medidas de responsabilidade social
 - Parceria com a EAPN Portugal – Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal que promove o Projeto Violence in Transit no âmbito do programa europeu DAPHNE;

- Plano Ferroviário da Defesa da Floresta na Luta Contra Incêndios que prevê a intervenção da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.;
- Campanha de sensibilização e informação aos clientes – equipamentos vandalizados;
- Doação de material informático à Liga Portuguesa Contra o Cancro, Amnistia Internacional e outras entidades de solidariedade social;
- Centro de Férias 2012 para filhos de colaboradores;
- Protocolo de Cooperação Movimento ECO – Empresas Contra os Fogos;
- Parcerias e eventos: comemoração do Dia Internacional da Juventude, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, apoio nas Festas de Lisboa e a diversos eventos desportivos, Colóquio “156 Anos dos Caminhos-de-Ferro em Portugal: o que dizem os arquivos e as bibliotecas?”.

Currículos dos membros do Conselho de Administração

2010-2012



Presidente

Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Desde junho de 2010 presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

Desde 2008 até junho de 2010 – membro do Conselho de Gerência da CP e vice-presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E..

Licenciado em Economia pelo I.S.C.E.F. (1967), com os cursos de mestrado em Transportes, I.S.T. (1988) e o curso de Gestão de Empresas da American Management Association, M.C.E. (1972).

No seu percurso profissional, entre outras, exerceu funções de *senior consultant* e *chief executive officer* no Grupo General Maritime Corporation (New York); vice-presidente do Conselho de Administração da Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S.A., administrador-delegado da ESLI – Parques de Estacionamento de Lisboa, S.A., presidente do Conselho de Administração da Metalúrgica Luso-Alemã SA e administrador-delegado

da Metalúrgica Luso Italiana, S.A. do Grupo José Mello; gerente executivo da Lusibéria, Transitários, Lda. do Grupo Muñoz y Cabrero (Barcelona); gerente executivo da RN Trans-Atividades Transitárias, Lda.; administrador-delegado da Sogenave – Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, SARL.

**Vice-presidente**

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Licenciado em Economia em 1985 e mestrado em Economia (parte letiva) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pós-graduado em Modern Finance for the Global Executive (2002) pela Yale School, Connecticut, EUA, e em Management advance (1990) pelo HEC/CIFAG, Paris e Lisboa.

No seu percurso profissional, foi desde junho de 2005 a junho de 2010, vice-presidente da REFER, E.P.E. – Gestão da Infraestrutura Ferroviária.

Anteriormente foi vogal executivo do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, consultor no Hospital Pulido Valente, S.A., no quadro da transformação dos hospitais em S.A.

Enquanto diretor executivo das Águas de Portugal para o Brasil, foi presidente das empresas PROLAGOS, Águas do Brasil. Assumiu também as funções de administrador executivo, nas empresas SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, na EGF, sub-holding da IPE para a área de Resíduos Sólidos Urbanos, na Fundação de Oeiras, na PESCRUL, na IPETEX, na COMETNA, sendo igualmente membro dos Conselhos de Gestão da VALORSUL e da GENERG. Na área académica foi docente no ISEG, entre 1985 e 1988, e no Instituto Superior de Gestão (ISG) entre 1993 e 1999. Atualmente é professor convidado no ISG.

**Vogal (1)**

Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Desde novembro de 2005 – vogal do Conselho de Gerência, e atualmente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

Entre 2005 e 2006 foi presidente do Conselho de Administração da Fergráfica e entre 2006 e 2008, vogal do Conselho de Administração da mesma.

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade Técnica de Lisboa, ramo de Estruturas, mestre em

Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (1990) e doutorado em Engenharia de Sistemas pelo IST (2000).

No seu percurso profissional, exerceu como docente no Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, que acumulou com as funções de coordenador da Secção de Urbanismo, Transportes, Vias e Sistemas e de coordenador do Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas.

Em paralelo à atividade de docente exerceu consultoria no âmbito da Engenharia de Sistemas a empresas dos sectores ferroviário, industrial e de serviços.

Foi ainda vice-presidente do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico e vice-presidente da Associação Portuguesa de Investigação Operacional.

**Vogal (2)**

Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Desde fevereiro de 2005 a junho de 2010, diretor de direção na CP – Comboios de Portugal, E.P.E. com responsabilidade pelas áreas de

Desenvolvimento Organizacional, Gestão da Mudança, Qualidade e Ambiente.

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa, 1985-1990 e mestre em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG), pós-graduada em "Competitiveness of the European Railways", no European Training Centre for Railways (ETCR) - Brugge 1999 e em "Altos Estudos de Transportes" promovido pelo Instituto Superior de Transportes (ISTP), 1999-2000.

No seu percurso profissional foi membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, da Comissão de Acompanhamento do projeto Metro ao Sul do Tejo, e do projeto Metro Ligeiro de Superfície na Circular Externa Algés – Falagueira. Foi também assessor para as áreas de Economia, Finanças e dos Transportes do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional - Professor Doutor António Pedro de Carmona Rodrigues; diretor do Departamento de Análise e Regulação Económica no ex-INTF; chefe de serviço pela Área de Gestão no Gabinete de Auditoria Interna da CP e antes auditora na área de Gestão na empresa de Caminhos de Ferro Portugueses, CP, EP. Docente convidada na pós-graduação de Leadership & Management, no Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG.



Vogal (3)

Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

Licenciada em Sociologia, com especialidade em Organização, Trabalho e Gestão, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pós-graduada em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa e MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa.

No seu percurso profissional exerceu funções centradas na Gestão de Recursos Humanos, tendo assumido o cargo de diretor nacional de Recursos Humanos da Lear Corporation Portugal, e diretor de Recursos Humanos da Johnson Controls II, Assentos de Espuma Lda., da Tenneco Automotive, Sistemas de Escapes, Lda. e da Rodoviária Nacional, E.P.

Comissão de Fiscalização

Presidente

Dr. Issuf Ahmad

Data de nascimento: 01 de maio de 1953

Natural de Moçambique

Residência: Av. D. João II, Lote 1.13.03 – 3.º. H, 1990-079 Lisboa

Habilitações Literárias: Licenciado em Economia em 1980 pela Faculdade de Economia do Porto (Portugal)

Cargos exercidos:

- Ingresso no quadro do serviço de auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, em 1 de junho de 1982, como inspetor de finanças estagiário;
- Assessor do Secretário de Estado do Tesouro, no período de setembro de 1986 a março de 1987;
- Consultor e consultor principal do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas de 1987 a 1991;
- Subdiretor-geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de maio de 1991 a janeiro de 1993;
- Diretor-Geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de fevereiro de 1993 a maio de 1996;
- Diretor-Geral do Património do Estado de maio de 1996 a novembro de 2001;
- Membro do Conselho Diretivo da FRESS – Fundação Ricardo do Espírito Santos Silva, de maio de 1996 a novembro de 2001;
- Inspetor de finanças superior principal, de dezembro de 2001 a junho de 2003.
- Assessor do Diretor-Geral dos Impostos, de julho 2003 a maio 2004;
- Inspetor de finanças superior principal, de junho 2004 a dezembro de 2004;

- Assessoria ao IPAD na gestão de projetos de cooperação e conceção de procedimentos de controlo interno, de janeiro de 2005 a dezembro de 2007.

Outras atividades profissionais:

- Consultor externo do Tribunal de Contas, em 2006 e 2007;
- Presidente da Comissão de Fiscalização da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, desde janeiro de 2002;
- Revisor Oficial de Contas, desde 1991;
- Auditor do Centro Hospitalar de Lisboa Norte;
- Presidente do Conselho Fiscal da ANAM – Aeroportos e Navegação da Madeira, SA, de 1994 a 1996;
- Conselheiro do CES - Conselho Económico e Social, para o Sector Empresarial do Estado, de 1991 a 1996;
- Presidente da Comissão de Reestruturação do Sector da Construção e Reparação Naval, em 1993;
- Acompanhamento, conjuntamente com os ministros das Finanças e das Obras Públicas e Transportes, do Grupo de Trabalho para a Reestruturação do Sector Ferroviário em Portugal, em 1993;
- Árbitro do Governo para os processos de indemnização em consequência da nacionalização do sector de transportes terrestres, em 1993;
- Representante do Estado na Parque Expo 98, SA, desde a sua constituição, em 1993, até novembro de 1995;
- Vice-presidente da Comissão do Livro Branco para o Sector Empresarial do Estado, em 1996;

- Representante do Ministério das Finanças na Comissão para a Travessia Ferroviária do Eixo Norte-Sul (travessia sobre a Ponte 25 de abril) de 1992 a 1997;
- Presidente da Assembleia Geral da Parpública, SGPS, SA desde a sua constituição, em 1993, até junho 2004;
- Participação na comissão de renegociação da dívida de Moçambique a Portugal, em 1988;
- Participação na cooperação com Angola, Moçambique e Cabo Verde, nas áreas de finanças públicas, empresas públicas e património estatal;
- Analista financeiro no Gabinete de Estudos Económicos do BPA, no Porto, em 1981 e 1982;
- Consultor financeiro de empresas, de 1980 a 1995;
- Realização do programa de visita oficial aos Estados Unidos da América, em 1994, a convite do Governo Federal Americano, através da respetiva Embaixada em Lisboa.

ROC

Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Licenciado em Finanças (1972/1973) pelo Instituto Superior de Economia (atual ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa e mestre em Gestão pela mesma Universidade em 1986.

Iniciou a sua atividade profissional na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), em março de 1974, tendo posteriormente empreendido um percurso profissional no domínio da gestão empresarial pública e privada. Em 1988, após aprovação em exame, inscreveu-se como Revisor Oficial de Contas

(n.º 585 da respetiva lista), atividade que, a partir de 1990, passou a exercer integrado na sociedade que fundou, atualmente denominada Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. A sua atividade como Revisor Oficial de Contas é atualmente exercida em diversas sociedades e entidades públicas e privadas, na qualidade de fiscal único ou integrando o órgão de fiscalização. Sob a sua responsabilidade têm sido realizadas múltiplas auditorias no âmbito do controlo dos fundos comunitários (FSE, FEDER, Fundo de Coesão).

É professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, sendo atualmente responsável pela disciplina de “Auditoria” da licenciatura em Gestão e de diversos mestrados. É também o responsável pela disciplina de “Financial Accounting” no MBA do ISEG, lecionando ainda matérias conexas em diversos cursos de pós-graduação deste Instituto.

Auditor Externo

Crowe Horwath TM
Horwath & Associados, SROC, Lda.
Edifício Scala
Rua de Vilar, 235 – 2º andar
4050 – 626 Porto

Estatuto remuneratório

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado (RJSEE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e subsequentes alterações, bem como do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e posteriores alterações, são consagradas regras de gestão tendentes a imprimir ao sector padrões de exigência, rigor, eficiência e transparência.

Neste sentido, ao abrigo artigo 8.º dos Estatutos da CP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho¹, conjugado com o n.º 2 do artigo 28.º do EGP, foi determinado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 30 de julho de 2009, com efeitos a 13 de julho de 2009, o seguinte com aplicação entre 1 de janeiro a 31 de março de 2012:

- Remuneração mensal fixa do presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 7.225,60 euros (sete mil duzentos e vinte e cinco euros e sessenta cêntimos);
- Remuneração mensal fixa do vice-presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 6.719,81 euros (seis mil setecentos e dezanove euros e oitenta e um cêntimos);

¹ Estatutos da CP-Comboios de Portugal, E.P.E. - aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, e subsequentes alterações do Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março

- Remuneração mensal fixa dos vogais do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 6.306,64 euros (seis mil trezentos e seis euros e sessenta e quatro cêntimos).

A partir de 01 de abril de 2012 com a aplicação das regras constante da Resolução de Conselho de Ministros nº 16/2012, de 9 de fevereiro e das alterações ao Estatuto do Gestor Público, pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, foi aplicado o seguinte:

- Remuneração mensal fixa do presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 5.722,75 euros (cinco mil setecentos e vinte e dois euros e setenta e cinco cêntimos) juntamente com um abono por despesas de representação de 1.957,18 euros (mil novecentos e cinquenta e sete euros e dezoito cêntimos);
- Remuneração mensal fixa do vice-presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 5.150,48 euros (cinco mil cento e cinquenta euros e quarenta e oito cêntimos) juntamente com um abono por despesas de representação de 1.761,46 euros (mil setecentos e sessenta e um euros e quarenta e seis cêntimos);
- Remuneração mensal fixa dos vogais do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 4.578,20 euros (quatro mil quinhentos e setenta e oito euros e vinte cêntimos) juntamente com um abono por despesas de representação de 1.565,74 euros (mil quinhentos e sessenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos).

A remuneração mensal fixa de todos os membros do Conselho de Administração é paga catorze vezes ao ano, ficando excecionado o seu pagamento cf. artigo 21 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, e o abono por despesa de representação é pago em doze meses.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos foi reduzida em 5% a partir de 01 de junho de 2010 (cfr. n.º 1 do artigo 12.º e n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho), em 10% a partir de 1 de janeiro de 2011 (cfr. alínea c) do n.º 1 ex vi alínea q) do n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro) e segundo o Estatuto do Gestor Público, Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, as remunerações terão que ficar limitadas durante a vigência do Programa de assistência Económica e Financeira ao valor que já era pago (cfr. ponto 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012 de 26 de março).

Os membros do Conselho de Administração têm ainda direito de acesso aos seguintes benefícios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Empresa;
- Utilização pessoal de viatura de serviço, com limite de renda mensal de 1.000 euros para os presidente e vice-presidente e de 900 euros para os restantes membros do Conselho de Administração, limite dentro do qual se incluem despesas com seguro e manutenção, sendo o valor máximo mensal de combustível e portagens afeto a cada viatura o correspondente a ¼ do valor do respetivo abono mensal para despesas

de representação. A utilização de viatura para uso pessoal é declarada como remuneração em espécie;

- Utilização de telemóvel, com um *plafond* mensal fixado em 120 euros para cada membro.

Refere-se ainda que durante a vigência do Programa de Assistência Económico e Financeira (PAEF) não há lugar à atribuição de prémios de gestão (cfr. alínea a) do artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro).

Neste contexto, indica-se no quadro seguinte, as remunerações auferidas por cada membro do Conselho de Administração.

Cargo	Membros do CA da CP	Retribuição base/Fixa Estatuto Gestor Público DL nº 7/2007 de 27 de Março			Retribuição base/Fixa Estatuto Gestor Público DL nº 8/2012 de 18 de janeiro					Remunerações Anuais					Encargos com Benefícios Sociais	
		Valor Mensal	Redução decorrente Lei 12A/10	Redução Lei 55-A/2010	Valor Mensal	Desp. Representação	Redução decorrente Lei 12A/10	Redução Lei 55-A/2010	Rd Sal. RCM 16/2012, nº 21	Remuneração base	Desp. Representação	Redução decorrente Lei 12A/10	Redução Lei 55-A/2010	Rd Sal. RCM 16/2012, nº 21	Segurança Social	CGA
Presidente	Jose Salomao Coelho Benóiel	7.225,60 €	361,28 €	686,43 €	5.722,74 €	1.957,18 €	286,14 €	543,67 €	672,24 €	67.458,72 €	15.657,44 €	3.372,96 €	6.408,65 €	5.377,92 €	11.233,42 €	
Vogal	Alfredo Vicente Pereira	6.719,81 €	335,99 €	638,38 €	5.150,48 €	1.761,46 €	257,52 €	489,30 €	419,68 €	66.513,75 €	15.853,14 €	3.325,65 €	6.318,84 €	3.777,12 €	12.254,64 €	
Vogal	Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	6.306,64 €	315,33 €	599,13 €	4.578,20 €	1.565,74 €	228,91 €	434,93 €	87,93 €	60.123,72 €	14.091,66 €	3.006,18 €	5.711,76 €	791,37 €	14.500,80 €	3.135,47 €
Vogal	Cristina Maria dos Santos P. Dias	6.306,64 €	315,33 €	599,13 €	4.578,20 €	1.565,74 €	228,91 €	434,93 €	87,93 €	60.123,72 €	14.091,66 €	3.006,18 €	5.711,76 €	791,37 €	14.500,80 €	
Vogal	Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	6.306,64 €	315,33 €	599,13 €	4.578,20 €	1.565,74 €	228,91 €	434,93 €	87,93 €	60.123,72 €	14.091,66 €	3.006,18 €	5.711,76 €	791,37 €	12.254,64 €	

Conselho de Administração

	Dr. José Benoitel	Dr. Vicente Pereira	Prof. Nuno Moreira	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Madalena Sousa	Unit: €
Mandato	I	I	I	I	I	
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	67.956,79 €	68.945,37 €	64.706,25 €	64.706,25 €	64.706,25 €	
OPRLO	Não	Não	Não	Não	Não	
Entidade de Origem (Identificar)						
Entidade pagadora (origem/destino)						
1.1. Remuneração Anual	78.904,30 €	76.814,71 €	69.280,12 €	69.280,12 €	69.280,12 €	
1.2. Despesas de Representação (Anual)	18.312,80 €	18.541,71 €	16.481,52 €	16.481,52 €	16.481,52 €	
1.3. Spenia de presença (Valor Anual)						
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	4.860,92 €	4.767,69 €	4.288,04 €	4.288,04 €	4.288,04 €	
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	9.235,57 €	9.058,92 €	8.147,35 €	8.147,35 €	8.147,35 €	
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	9.785,90 €	8.807,32 €	7.828,72 €	7.828,72 €	7.828,72 €	
1.7. Redução decorrente da RCM 36/202, nº3	5.377,92 €	3.777,12 €	791,28 €	791,28 €	791,28 €	
1.8. Reduções de anos anteriores	0,00 €					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5+1.6+1.7)	67.956,79 €	68.945,37 €	64.706,25 €	64.706,25 €	64.706,25 €	
2. Remuneração variável						
3. Isenção de Horário de Trabalho (HTT)						
4. Outras (Identificar)						
Subsídio de deslocação						
Subsídio de refeição	1.557,22 €	1.540,50 €	1.584,66 €	1.378,86 €	1.584,66 €	
Encargos com benefícios sociais						
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg. Social/Outros)	11.233,42 € (Seguro Social)	12.254,64 € (Seguro Social)	3.135,47 € (Coa)	14.500,8 € (Seguro Social)	12.254,64 € (Seguro Social)	
Seguros de saúde	261,01 €	261,01 €	261,01 €	261,01 €	261,01 €	
Seguros de vida						
Seguro de Acidentes Pessoais	13,31 €	13,31 €	13,31 €	13,31 €	13,31 €	
Outros (Indicar)						
Acumulação de Funções de Gestão (SM)	Não	Sim	Não	Não	Não	
Entidade (Identificar)		EMEF e EUROFINA				
Remuneração Anual		0,00 €				
Parque Automóvel	Dr. José Benoitel	Dr. Vicente Pereira	Prof. Nuno Moreira	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Madalena Sousa
Mandato	I	ALD	ALD	ALD	ALD	I
Modalidade de Utilização	ALD	ALD	ALD	ALD	ALD	ALD
Valor de referência da viatura nova	57.575,08 €	57.575,08 €	49.745,80 €	57.575,08 €	59.418,04 €	57.575,08 €
Ano Inicio	2008	2008	2010	2008	2008	2008
Ano Termo	2013	2012	2014	2013	2013	2013
N.º prestações (se aplicável)	88	45	48	60	60	60
Valor Residual	Não existe opção de compra	Não existe opção de compra	Não existe opção de compra	Não existe opção de compra	Não existe opção de compra	Não existe opção de compra
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	9.719,13 €	-120,19 €	9.938,00 €	11.183,05 €	9.968,16 €	12.024,95 €
Combustível gasto com a viatura	1.566,10 €	644,13 €	1.635,62 €	3.645,09 €	1.055,71 €	3.456,74 €
Paraford anual Combustível atribuído	Conforme art.º 33º do EGP	Conforme art.º 33º do EGP	Conforme art.º 33º do EGP	Conforme art.º 33º do EGP	Conforme art.º 33º do EGP	Conforme art.º 33º do EGP
Outros (Portagens / Reparções / Seguro)	1.545,22 €	1.627,20 €	476,65 €	1.814,22 €	769,86 €	2.444,01 €
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	E efetuado cálculo mensal	E efetuado cálculo mensal	E efetuado cálculo mensal	E efetuado cálculo mensal	E efetuado cálculo mensal	E efetuado cálculo mensal
Outras regalias e compensações	Dr. José Benoitel	Dr. Vicente Pereira	Prof. Nuno Moreira	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Madalena Sousa	
Mandato	I	I	I	I	I	
Paraford mensal atribuído em comunicações móveis	120,00 €	120,00 €	120,00 €	120,00 €	120,00 €	
Gastos anuais com comunicações móveis	485,69 €	356,28 €	337,88 €	404,56 €	305,07 €	
Outras (Indicar)						
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Gastos c/ deslocações	Dr. José Benoitel	Dr. Vicente Pereira	Prof. Nuno Moreira	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Madalena Sousa	
Mandato	I	I	I	I	I	
Custo total anual c/ viagens	851,82 €	2.644,58 €	672,84 €	97,88 €	0,00 €	
Custo anuais c/ Alojamento						
Ajudas de custo	280,69 €	1.684,11 €	93,56 €	0,00 €	0,00 €	
Outras - Desp. Representação (Refeições)	388,56 €	185,22 €	262,84 €	1.129,89 €	0,00 €	

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Remunerações

Comissão de Fiscalização

Unid: €

Conselho Fiscal	2011			2012		
	P	ROC	V	P	ROC	V
Remuneração anual fixa	14.258,00 €	23.676,00 €	11.406,00 €	14.258,00 €	23.676,00 €	0,00 €
Redução remuneratória*		828,60 €	1.141,00 €		828,60 €	0,00 €
Remuneração anual efetiva	14.258,00 €	22.847,40 €	10.266,00 €	14.258,00 €	22.847,40 €	0,00 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Presidente: Remuneração de 1.188,14 euros, 12 vezes por ano.

Vogal ROC: Remuneração de 1.903,95 euros, 12 vezes por ano.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos de fiscalização das entidades públicas empresariais foi reduzida a partir de 1 de janeiro de 2011 nos termos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (cfr. alínea q) do n.º 9 e alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e artigo 22.º).

Análise de sustentabilidade

No presente capítulo sempre que a informação já conste de capítulos próprios do Relatório e Contas, haverá uma remissão para aqueles.

Estratégias adotadas

As enormes restrições orçamentais a que a Empresa esteve sujeita ditaram um maior enfoque na sustentabilidade económica. No entanto, as outras vertentes também foram consideradas, com realce para a responsabilidade social, nomeadamente para com os clientes com necessidades especiais.

A CP preocupou-se em garantir o transporte nas linhas onde efetivamente existe procura adequada a este modo de transporte pesado, aproveitando ao máximo a rede elétrica para aí fazer circular material elétrico mais económico e ambientalmente mais favorável. Descontinuou ainda o serviço nas linhas de procura reduzida sempre que existiam outros modos de transporte mais flexíveis e adequados à rarefação demográfica nestes territórios.

Ações desenvolvidas para garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade

Para além da racionalização da oferta, já anteriormente referida, a CP suspendeu ainda a prestação de serviços rodoviários de substituição nas linhas com circulação ferroviária suspensa e com procura completamente

desmobilizada, o que produziu um impacto diminuto na mobilidade da população.

Foram intensificadas medidas para remoção de *graffitis* nas séries das unidades de negócio onde este problema teve uma maior expressão, de modo a melhorar a qualidade do serviço e a criar maior sensação de segurança aos clientes.

Relativamente aos colaboradores, quer da CP quer das empresas participadas, abrangidos por decisões de reestruturação, houve a preocupação de efetuar preferencialmente revogações de contratos de trabalho por mútuo acordo com os trabalhadores com idades mais próximas da reforma.

No que respeita à qualidade do serviço foi dada especial importância à pontualidade e à regularidade, nomeadamente através da constante monitorização e de realização de reuniões com o gestor da infraestrutura (REFER). Com vista a melhorar a segurança da circulação manteve-se o funcionamento do Sistema de Gestão da Segurança, destacando-se a monitorização das ocorrências, sua análise e identificação de situações de risco ou de inconformidade, no seguimento das quais foram tomadas diligências junto das unidades de negócio, REFER, URF e IMT.

Em termos de gestão da qualidade, o Sistema de Sugestões dos Colaboradores continua a receber contributos, visando a melhoria dos processos e serviços

prestados ao cliente, o que demonstra o envolvimento dos colaboradores na vida da Empresa e a sua motivação.

Ações desenvolvidas no âmbito da responsabilidade social

● Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação

Tal como em anos anteriores organizaram-se visitas guiadas a várias instalações do universo CP e foram oferecidas viagens a grupos desfavorecidos. A preocupação com as pessoas com necessidades especiais nunca é esquecida, tanto nas alterações efetuadas no material circulante como nos anúncios sonoros para alertar para os diversos obstáculos ou ainda nas portas para controlo de acessos às plataformas nas estações, mais largas e com um mecanismo especial de abertura para facilitação da passagem.

Implementou-se ainda o atendimento prioritário em todas as bilheteiras, tendo-se criado sinalética própria para o efeito.

A CP, à semelhança dos últimos quatro anos, associou-se às comemorações do dia internacional das pessoas com deficiência, com o objetivo principal de contribuir para uma maior compreensão dos assuntos relativos a esta causa e mobilizar para a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência. No dia 3 de dezembro, os nossos clientes com necessidades especiais e um acompanhante viajaram gratuitamente nos comboios da CP.



Sinalética de Atendimento Prioritário afixada em todas as bilheteiras da CP.

● Gestão adequada do capital humano da Empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores

A atividade da CP, embora muito intensiva em capital, é desenvolvida através de uma importante força laboral. Promove a total igualdade de oportunidades junto dos seus colaboradores, sem distinções de género, ideologia ou raça ou qualquer discriminação, tanto no recrutamento como na evolução profissional, ou na atribuição salarial relativamente a cada função.

Atenta ao equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, permite uma falta justificada por quadrimestre a todos os seus colaboradores e facilita o acesso dos filhos dos colaboradores a colónias de férias no período de férias escolares.

Na área da segurança, higiene e saúde no trabalho, continuaram a desenvolver-se as atividades inerentes à proteção da saúde e prevenção dos riscos profissionais, com especial enfoque nas desinfestações e vistorias aos locais de trabalho realizadas por técnicos de segurança e higiene e por

médicos do trabalho, assim como os exames de Medicina do Trabalho, através da ECOSAÚDE, empresa do Grupo CP.

Neste âmbito, continua a disponibilizar ainda a todos os seus colaboradores um seguro de saúde, com uma cobertura alargada.

● Adoção de práticas ambientalmente corretas

Foi dada continuidade à redução da generalidade de consumos e ainda, à atualização das redes de infraestruturas, no que respeita à recolha, tratamento e descarga de águas residuais, e à certificação energética de edifícios.

Desenvolvimento sustentável

● Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)

Os principais impactos da CP na sociedade podem resumir-se, entre outros, aos seguintes:

- Mobilidade dos cidadãos
- Emprego
- Valorização imobiliária nas zonas com acesso direto a estações
- Criação de um *cluster* de *know-how* da indústria ferroviária
- Atividade económica gerada na zona de influência da CP
- Tarifário social
- Negócios em volume e valor muito elevados com diversos fornecedores

● Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade

A CP presta um serviço público de transportes visando a satisfação das necessidades de mobilidade da coletividade, o que se traduz nos milhões de passageiros transportados em cada ano por todo o território nacional.

● Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Empresa, designadamente, pela via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

Em termos de inovação foi dada ênfase a novos métodos de formação, reduzindo custos e aumentando a produtividade das ações formativas:

- Introdução da metodologia *blended* numa ação de formação para a CP Longo Curso que associa a metodologia de *e-learning* com a formação em sala, o que permite abranger mais rapidamente um maior número de formandos, dispersos geograficamente por todo o País;
- Realização de ações “Intra” na área da gestão. Consiste em obter os serviços de formadores externos que se deslocam às instalações da CP para aí ministrarem a formação, com conteúdos e metodologias adequados às necessidades do órgão da CP que o requisita (v.g. implicações das alterações ao Código do Trabalho no processamento salarial da CP).

Quanto a sistemas de informação:

- Foi concluído o controlo de acessos às plataformas nas estações de Cacém e Meleças na linha de Sintra, o que permitiu controlar a fraude

e aumentar a segurança nestas estações e nos comboios a que dão acesso;

- Os sistemas de venda foram reformulados com vista à introdução em janeiro de 2013 dos modelos de reestruturação tarifária dos títulos de transporte dos serviços suburbanos;
- Entrou em funcionamento o Projeto SPIDER - Sistema de Planeamento Integrado de Escalas e Rotações vocacionado para o planeamento integrado de todos os recursos produtivos operacionais necessários para efetuar as circulações diárias. Este projeto disponibiliza um Sistema Integrado de Planeamento de Escalas de Pessoal e de Rotações de Material. Este sistema ajudará a CP a ganhar flexibilidade nas suas planificações e aumentar a produtividade e controlo dos seus ativos operacionais.

Planos de ação para o futuro

A primeira preocupação prende-se com a sustentabilidade económica. Neste âmbito continuar-se-á a promover a redução dos gastos e a melhoria dos rendimentos.

Os principais riscos para a atividade e futuro da Empresa e a forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial estão referidos em capítulo próprio deste relatório.

Também toda a temática de sustentabilidade é desenvolvida e detalhada no Relatório de Sustentabilidade de 2012.

Cumprimento dos princípios de bom governo

A CP assegura o cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, de 28 de março de 2007, dirigidos às empresas do sector empresarial do Estado.

Assim, a CP cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como, os objetivos que estipula atendendo a parâmetros exigentes de qualidade e com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de serviço público.

Elabora periodicamente planos estratégicos e anualmente dispõe de um Plano de Atividades e Orçamento que inclui as ações, investimentos, objetivos e metas previstos para o ano a que respeitam, e o Relatório e Contas referente à atividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente.

Elabora ainda um Relatório de Sustentabilidade onde, nomeadamente, constam políticas prosseguidas para assegurar a eficiência nas vertentes económica, ambiental e social e a contribuição da CP para o desenvolvimento sustentável. Garante assim um contributo ambiental para a sociedade, a promoção da efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e um tratamento equitativo a todos os clientes e fornecedores.

Estes documentos são submetidos à aprovação das Tutelas sectorial e financeira.

Encontra-se implementado um sistema de controlo de atividade na Empresa com o objetivo de acompanhar e promover a realização dos objetivos estabelecidos, o qual se reporta trimestralmente às Tutelas.

Trata com respeito, igualdade e integridade os seus trabalhadores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

Trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, dispondo de procedimentos em matéria de aquisição de bens e serviços.

Cumpe a legislação e a regulamentação em vigor. A CP cumpre com as obrigações relativas ao Código de Ética, Controlo de Risco, Prevenção de Conflitos de Interesses e de Divulgação de Informação nos Sites do SEE e da Empresa e no Relatório e Contas, cujo desenvolvimento consta de pontos subsequentes deste Relatório.

Código de Conduta e Ética

O Código de Ética da CP incorpora um conjunto de valores e princípios que visam o cumprimento rigoroso das normas legais e regulamentares e a atuação ética dos profissionais que integram a organização com os clientes, fornecedores e com a comunidade em geral.

O texto integral encontra-se disponível na intranet e no *website* oficial da Empresa.

Com a aprovação do Código de Ética foi criada a Comissão de Ética na dependência direta do presidente do Conselho de Administração e que tem por missão, entre outras, zelar pelo esclarecimento de dúvidas sobre as matérias versadas no Código, zelar pelo seu cumprimento e dar parecer sobre questões relacionadas com o seu incumprimento.

A Comissão de Ética continua a zelar pelo cumprimento e divulgação do Código de Ética, tendo proposto a inclusão de um módulo, na formação mandatória, no sentido de consolidar o conhecimento sobre esta matéria.

Não foram dirigidos ou submetidos à Comissão de Ética assuntos específicos, no âmbito das suas atribuições.

Sistema de Gestão de Risco

A CP tem vindo a atualizar o seu Sistema de Gestão de Risco. Em 2007 realizou-se um inquérito à Gestão de Risco Empresarial utilizando a metodologia de Auto Avaliação da Gestão de Risco. Este trabalho permitiu identificar os principais riscos enfrentados. A metodologia foi posteriormente desenvolvida com o projeto de Desenvolvimento Metodológico, em 2010. Tratou-se da progressão natural do inquérito ao risco, para nova etapa de amadurecimento, na medida em que visou complementar a identificação com a quantificação e avaliação dos riscos e de otimização dos controlos inerentes aos processos de gestão. Em 2011 foi adotada uma nova matriz de risco, enquadrada no Sistema de Gestão de Segurança (SGS). Em 2012 foi dada continuidade e foram obtidos os primeiros resultados positivos de avaliação externa da aplicação do Método Comum de Segurança (identificação, avaliação e mitigação dos riscos respetivos), nomeadamente na preparação sistemática para a gestão do risco no âmbito de alterações técnicas efetuadas no material circulante, com impacto na segurança da circulação. Foi finalizada com sucesso em 2012 a elaboração de um Guia Prático de Gestão de Riscos de Corrupção, no âmbito da participação no Projeto Gestão Transparente com várias empresas e entidades nacionais, numa iniciativa de prevenção da corrupção e promoção da transparência e integridade.

A síntese dos riscos-chave identificados é a seguinte:

- Riscos de segurança operacional (*safety*), concretamente riscos de acidente ou incidente, com a conseqüente perda de ativos e pagamento de indemnizações;
- Riscos de segurança de pessoas e bens (*security*);
- Riscos financeiros, relacionados com os custos de financiamento devido à variação do *rating* do Estado português e com as dificuldades de financiamento devidas às restrições de crédito por parte do sistema bancário;
- Riscos de reafecção de recursos, decorrentes do ajuste na atividade e remunerações, na sequência dos compromissos assumidos junto das instâncias internacionais, com impacto na oferta do serviço e conflitualidade laboral;
- Riscos do modelo tarifário, constituindo impactos nos resultados da Empresa e no comportamento dos clientes;
- Risco de não contratualização do serviço público, com impacto direto no nível de indemnizações compensatórias recebidas;
- Risco de mercado influenciado por fatores internos e externos, nomeadamente, a rigidez da procura, o nível de atividade económica, a melhoria constante das vias rodoviárias facilitando o acesso do

transporte individual às zonas urbanas, a obsolescência do material circulante com o conseqüente custo de conservação, as obrigações de manutenção do serviço Regional em linhas de reduzidíssima ocupação e a má localização de algumas estações;

- Riscos de disponibilidade e aplicação de fundos comunitários (EU) e eficácia da sua utilização, decorrentes da sua necessidade de adequação e de uma menor capacidade de investimento;
- Risco regulatório, associado ao desempenho das entidades reguladoras e à legislação emergente e em vigor, nomeadamente com conseqüências legais resultantes do seu incumprimento.
- Risco de contratualização de serviços, com impacto a curto, médio e longo prazo e relativo à manutenção e/ou eficácia do cumprimento de obrigações contratuais por parte de fornecedores relevantes.

Encontra-se em finalização a segunda fase de elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) com vista ao desenvolvimento e inclusão de novas tipologias de riscos de forma a abranger mais áreas funcionais da CP. Foi promovida a atualização do Sistema de Gestão Riscos de Segurança da CP Carga através da aplicação de metodologia de avaliação de riscos operacionais para implementação de exercício de análise e avaliação de risco em manobras com material circulante.

Prevenção de conflitos de interesses

De acordo com as disposições legais na matéria - Lei n.º 4/83, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto - no início do exercício de funções dos membros do Conselho de Administração são apresentadas ao Tribunal Constitucional as respetivas declarações sobre o Valor do Património e Rendimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Equiparados.

Após a tomada de posse dos membros do Conselho de Administração é também depositada na Procuradoria-Geral da República, dentro do prazo legal, a respetiva declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos, contendo todos os elementos necessários à verificação do cumprimento das disposições legais sobre a inexistência de incompatibilidades e impedimentos - Lei n.º 64/93, de 26 de agosto e Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Além disso os membros do Conselho de Administração declaram no início de cada mandato, e sempre que se justificar, ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações que detenham na Empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Segundo a RCM n.º 49/2007, os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Tendo em vista igualmente a prevenção de conflitos de interesses, cada membro do Conselho de Administração identifica as despesas por si realizadas, as quais são sempre validadas por outro membro do Conselho.

A CP tem um Código de Ética, desde 2007, o qual salvaguarda no seu capítulo X questões relacionadas com conflitos de interesse, devendo cada colaborador assegurar-se de que os seus comportamentos estão em conformidade com os princípios nele enunciados.

Divulgação de informação

A CP cumpre as obrigações de informação estabelecidas na Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março e nas sucessivas alterações em documentos posteriores, v.g. o Despacho n.º 14277/2008 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, através da elaboração, submissão à aprovação das Tutelas sectorial e financeira e divulgação interna e externa através de suportes documentais produzidos para o efeito dos seguintes documentos:

- Propostas de orientações estratégicas e Plano de Atividade e Orçamento que incluem ações, investimentos, objetivos e metas previstos para o ano a que respeitam e estimativas das operações financeiras com o Estado;
- O Relatório e Contas referente à atividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente;
- O Relatório de Sustentabilidade onde nomeadamente consta a contribuição da CP para o desenvolvimento sustentável;
- Relatórios trimestrais de execução dos Instrumentos Previsionais de Gestão, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A CP cumpre com as obrigações de divulgação constantes dos pontos do Ofício-Circular da DGTF n.º 844, de 30 de janeiro de 2013 que abaixo sintetiza:

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente	X			

Governo da Sociedade

Cumprimento de orientações legais

Cumprimento de orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Melhorar EBITDA	X			+15,6% face a 2011	EBITDA sem Rescisões, Justo Valor e Participadas
Melhorar Taxa de Cobertura	X			+3,5 p.p. face a 2011	Vendas e serviços prestados / (CMVMC+FSE+Pessoal)
Gestão do Risco Financeiro	X			Não aplicável	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Límites de Crescimento do Endividamento	X			+3,5% face a 2011	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Evolução do PMP a fornecedores	X			+44 dias	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			29.061.028 €	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Deveres Especiais de Informação	X			Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal	X				Explicado em ponto autónomo deste relatório
Remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012	X				
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	X			Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X			42.737 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			22.493 €	
Órgãos Sociais - redução decorrente da RCM 36/2012 nº3	X			11.529 €	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			42.079 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011	X			-75%	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			2.119.059 €	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			7.381.888 €	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X			0 €	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			0 €	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X			Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas	X			Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			Nenhum contrato celebrado pela CP em 2012 esteve sujeito a fiscalização prévia.	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X			Imaterial	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Parque Automóvel	X			-9%	O parque automóvel ativo foi reduzido em 2012 de 68 para 62 viaturas, tendo sido substituídas 8 viaturas.
Princípio da Igualdade do Género	X			Não aplicável	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			-28,8% face a 2010	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-0,1% face a 2010	
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos	X			-10% face a 2010	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Nº de cargos dirigentes	X			-25% face a 2010	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			84%	Explicado em ponto autónomo deste relatório

Objetivos de gestão

A atividade da CP durante o ano foi desenvolvida com base no Plano de Atividades e Orçamento 2012 (PAO 2012) remetido em 30 de novembro de 2011 às Tutelas sectorial e financeira.

Foram implementadas todas as ações que dependiam apenas da decisão da gestão da Empresa. Face ao previsto, destaca-se a não concretização da supressão da oferta nas linhas do Vouga e do Oeste, entre Caldas da Rainha e Figueira da Foz, sobre a qual se aguarda decisão da Tutela.

Num contexto de crise nacional e de intensa contestação laboral na área dos transportes e em particular na CP, os resultados deste período evidenciam para a Empresa um EBITDA positivo, objetivo central fixado para o ano, de 45,6 milhões de euros, superior ao registado em igual período do ano passado, mas cerca de 26,5 milhões de euros abaixo do valor previsto.

Os rendimentos do tráfego, embora tivessem beneficiado de importantes aumentos tarifários aprovados em agosto do ano passado e fevereiro deste ano, não refletem estes aumentos devido à quebra de passageiros face ao ano anterior (cerca de -14 milhões de passageiros), constituindo assim o principal desvio face ao previsto.

Os gastos operacionais ficaram abaixo do previsto, comportamento comum à generalidade das rubricas, decorrente nomeadamente da renegociação de diversos contratos. Estas reduções permitiram compensar os desvios decorrentes do atraso na implementação de algumas das medidas previstas,

nomeadamente, na já referida supressão do serviço ferroviário nas linhas do Vouga e do Oeste, entre Caldas da Rainha e Figueira da Foz, na reformulação do serviço internacional e na concretização das saídas previstas.

O resultado líquido antes de impostos apresenta um desvio positivo de 46,9 milhões de euros ou seja foi 17% melhor que o previsto. Para este facto contribuiu essencialmente a não concretização das rescisões esperadas, mas também a melhoria do resultado das participadas e a reversão da provisão do MDN. As condições obtidas nos mercados financeiros, menos gravosas que o esperado, permitiram compensar parcialmente o desvio negativo apurado em termos da carteira de derivados.

Gestão do risco financeiro

Política de financiamento

A conjuntura nacional ao longo deste ano não difere muito do passado caracterizado pela grande dificuldade de obtenção de financiamento nos mercados de capitais, consequência das fortes restrições dos mercados financeiros internacionais.

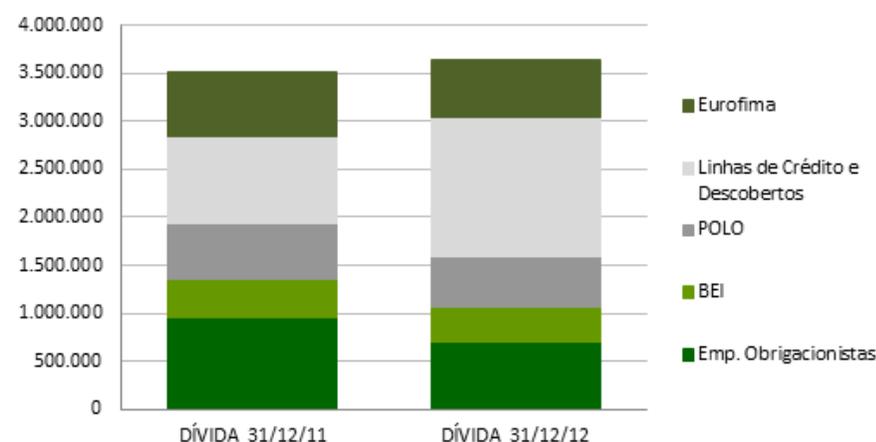
Mantendo-se as fortes restrições à obtenção de crédito e não sendo possível à CP gerar os meios financeiros suficientes para cumprimento das suas responsabilidades, a CP tem tido todo o apoio da Direção Geral do Tesouro e Finanças que, de acordo com as orientações da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças tem obtido, junto da banca nacional, os recursos necessários à renovação da dívida e pagamento de juros.

Este ano a CP já procedeu à amortização de cerca de 524 milhões de euros, recorrendo a este mecanismo de apoio. Desse valor destaca-se o vencimento de um empréstimo obrigacionista com aval do Estado no montante de 250 milhões de euros, em fevereiro de 2012.

O acréscimo da dívida remunerada foi de cerca de 124 milhões de euros, tendo passado de 3,513 mil milhões de euros a 31.12.2011 para 3,637 mil milhões de euros a 31.12.2012, distribuída pelas seguintes fontes de financiamento:

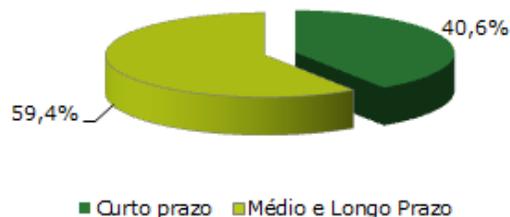
Fontes de financiamento

(milhares de euros)



Esse acréscimo traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo tomada na banca nacional, uma vez que os empréstimos celebrados foram todos por períodos curtos de tempo.

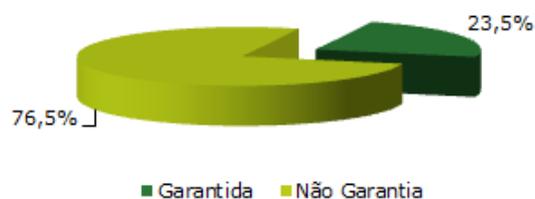
Assim em 31.12.2012, a dívida de curto prazo representa 40,5% do total da dívida da CP, enquanto em 31.12.2011 esse valor era de 32,7%.



Em dezembro de 2011 os empréstimos da banca nacional na estrutura da dívida da Empresa representam 26% do total dos empréstimos taxa que sobe para os 40% no final de 2012.

À semelhança do que tem vindo a acontecer desde o último ano, a dívida diretamente garantida teve um decréscimo, uma vez que todos os novos financiamentos são concedidos sem aval direto do Estado.

No final de 2011 a dívida garantida pelo Estado representava 34,5% do total dos empréstimos, passando para 23,6%, no final de 2012, em linha com o acréscimo do peso dos empréstimos da banca nacional.



Apesar de todas as dificuldades, o crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento de parte dos juros do serviço da dívida, tendo a operação libertado os meios necessários ao funcionamento corrente, rescisões de contratos de trabalho, investimentos no material circulante e alguns pagamentos de responsabilidades inerentes do serviço da dívida.

	(mil euros)
Redução de Disponibilidades	31.289
Cash Flow Operacional	108.643
Acréscimo de Endividamento	123.659
Total de Cash in	263.591
Cash Flow de Investimento	-18.716
Pagamento de Rescisões	-4.849
Cash Flow de Juros	-188.921
Empréstimos a Participadas	-51.105
Total de Cash out	-263.591

Encargos financeiros

Os encargos financeiros tiveram um forte acréscimo em 2012, essencialmente por força dos *spreads* de crédito praticados pelo mercado.

Em 2011 os custos do financiamento foram cerca de 126.648 milhares de euros, aumentando em 2012 para 194.961 milhares de euros.

Custo Médio de Capital

Descrição	2008	2009	2010	2011	Unid: m€ 2012
Juros	135.889	82.997	82.138	108.609	185.516
Aval	1.436	1.647	2.394	2.338	2.338
Outros encargos	1.800	1.952	2.732	15.701	7.107
Encargos Financeiros*	139.125	86.596	87.264	126.648	194.961
Dívida remunerada	2.896.683	3.399.278	3.324.312	3.513.495	3.637.039
Custo médio de capital	4,80%	2,55%	2,63%	3,60%	5,36%

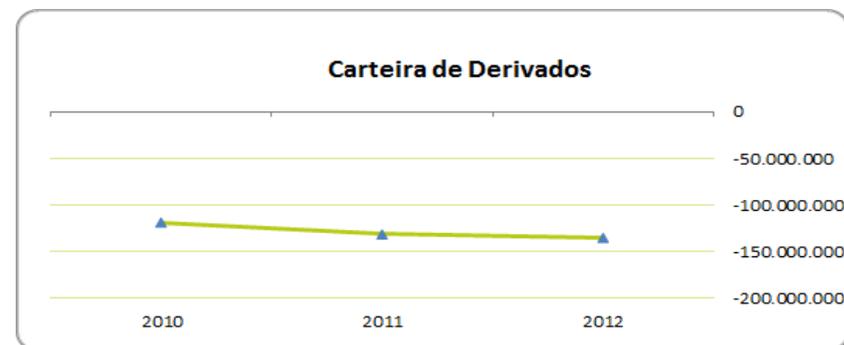
* Este valor não inclui encargos relacionados com derivados

Instrumentos de gestão de risco

O ano de 2012 foi marcado pela redução de *swaps* em carteira, com a ocorrência do seu vencimento. Em fevereiro de 2012 terminou o *swap* celebrado com a JP Morgan associado ao empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros e em março terminou o *swap* celebrado com o BNP Paribas associado a empréstimos celebrados com o Bayerische e KfW. Em julho o Barclays exerceu a opção de cancelamento na operação associada ao empréstimo Polo III CP Finance Limited.

Esta redução da carteira influenciou, naturalmente, o seu valor de mercado, em especial devido à operação do Barclays. Uma vez que a operação tinha vindo a ser positiva, o *Mark-to-Market* da carteira surge como mais negativo em virtude do desaparecimento da mesma.

A carteira de derivados tem sido valorizada tendo por base as projeções dos *cash-flows* esperados no futuro e a variação dos indexantes proprietários, tendo a seguinte evolução:



O efeito das variações do justo valor dos contratos de *swap* em carteira é, desde 2009, refletido nas demonstrações financeiras.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			De
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento		X		Em 2012 a CP apenas se conseguiu fina prazo e/ou linhas de crédito
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação de entidades credoras		X		Em 2012 a CP apenas se conseguiu fina
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			Derivados
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis		X		Em 2012 a CP apenas se conseguiu fina financeiros internacionais dificulta obt
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			Empréstimos contratados com base no
Minimização da prestação de garantias reais	X			Empréstimos com garantia do estado 2 76,5%
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			Empréstimos contratados negociando s restritivas.
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			X	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Em anexo
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Em anexo
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em anexo
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			

Limites de endividamento

Em 2012 o agravamento da dívida foi de cerca de 3,5% e não decorreu de qualquer agravamento da situação financeira resultante da atividade operacional.

O crescimento do endividamento foi estritamente o resultante do refinanciamento de empréstimos e dos correspondentes juros.

A CP não teve ainda forma de reduzir o *stock* de dívida, nem de suportar os juros daí derivados.

Prazos médios de pagamento e de recebimento

Prazo médio de pagamento

No âmbito do programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, e nos deveres especiais de informação que incumbem às empresas públicas nos termos da alínea g) do n.º 1 do Despacho n.º 14277/2008, de 14 de maio, de Sua Exa o Ministro de Estado e das Finanças publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio de 2008, cumpre-nos reportar mensalmente no SIRIEF informação de carácter obrigatório.

No quadro seguinte apresenta-se o PMP trimestral ao longo dos anos de 2011 e 2012:

Ano	Trimestre	Prazo Pagamento	número de dias
			Prazo Pagamento (sem Refer)
2011	1º	65	65
	2º	68	66
	3º	74	68
	4º	79	56
2012	1º	82	53
	2º	98	56
	3º	110	57
	4º	123	68

Como se pode verificar, o PMP tem apresentado uma tendência de acentuado crescimento. Esta situação decorre das dificuldades sentidas pela CP na obtenção de financiamento interno que obrigou a Empresa a canalizar verbas provenientes da receita para pagamentos de responsabilidades inerente ao serviço de dívida, o que afetou o pagamento a fornecedores, especialmente à REFER. Se excluirmos as dívidas à REFER, o PMP ao longo do ano de 2012 situou-se abaixo dos 60 dias, com exceção do último trimestre por virtude das dificuldades financeiras anteriormente referidas.

Prazo médio de recebimento

Tem sido procedimento interno da Empresa, desenvolver ações de cobrança para regularização dos valores em dívida junto dos clientes, nomeadamente Organismos Estatais, que legalmente utilizam a requisição de transporte (documento previamente aprovado pela própria entidade que efetua a utilização do serviço ferroviário) ou “gratuidades” e Agências de Viagem e Outros (faturações esporádicas de prestação de serviços técnicos, venda de sucata, cedência de pessoal, etc...)

Não obstante não existir compromisso na divulgação do PMR (ao contrário do que se verifica com o PMP), a Empresa mantém um controlo regular sobre

esse indicador nos débitos de serviços de transporte efetuado pelas unidades de negócio.

Excluem-se da análise mencionada, os clientes REFER, MDN, Redes Estrangeiras e processos de dívida em tratamento pelos Serviços Jurídicos, cuja antiguidade de movimentos e/ou complexidade na validação e aceitação de faturas, poderia inflacionar o indicador.

Ano	Trimestre	número de dias
		Prazo Pagamento
2011	1º	40
	2º	54
	3º	63
	4º	20
2012	1º	59
	2º	57
	3º	47
	4º	42

Atrasos nos pagamentos

A CP apresenta atualmente uma situação operacional equilibrada, libertando meios para renovar os seus equipamentos e financiar as medidas de saneamento funcional em curso. Tem no entanto um passivo financeiro, que por força das condições adversas em que Portugal se encontra, não pode refinanciar nos mercados em prazos compatíveis.

Todas as obrigações do serviço de dívida têm sido cumpridas com financiamento interno sob acompanhamento direto da DGTF e IGCP. Sempre que esse financiamento não foi obtido, houve necessidade de canalizar verbas provenientes da receita para pagamentos das responsabilidades inerentes do serviço da dívida o que afetou o pagamento a fornecedores, especialmente à REFER.

Acresce que a CP teve as suas receitas fortemente penalizadas devido às constantes greves que marcaram o ano de 2012.

As dívidas apresentadas em 31 de dezembro de 2012 com prazo superior a 90 dias refletem este cenário conjuntural e traduzem um agravamento do prazo médio de pagamento a fornecedores nos dois últimos trimestres de 2012.

Os cerca de 29 milhões de euros em dívida respeitam essencialmente à REFER. Os restantes valores listados referem-se a situações que se encontram pendentes da realização de encontros de contas ou da resolução de litígios.

SITUAÇÃO DAS DÍVIDAS A FORNECEDORES EM 31/12/12 NOS TERMOS DO Nº 5 DO ART. 208º DA LEI Nº 64-B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO (OE 2012)

Cód.	Naturezas	Dias				Totais
		>=90 d < 120 d	120 d < 240 d	240 d < 360 d	>360 d	
2	Combustível					0
3	Conservação e reparação					0
4	Cópias e impressão		646		1.467	2.113
5	Empreitadas de obras públicas					0
6	Energia					0
7	Equipamento informático	79.704			160.780	240.484
8	Higiene e limpeza				111.663	111.663
9	Honorários					0
10	Licenciamento de software					0
11	Material de consumo clínico					0
12	Medicamentos					0
13	Meios complementares de diagnóstico e terapêutica					0
14	Mobiliário					0
15	Outros bens e serviços	6.231.842	20.088.305	1.124.540	1.251.748	28.696.435
16	Outros produtos farmacêuticos					0
17	Outros trabalhos especializados				578	578
18	Papel e economato				394	394
19	Preparação de refeições					0
20	Reagentes e produtos de diagnóstico rápido					0
21	Rendas e alugueres		4.126			4.126
22	Seguros					0
23	Serviços de informática					0
24	Serviços de voz e dados fixos e móveis				1.553	1.553
25	Veículos automóveis e motociclos				433	433
26	Vigilância e segurança				3.248	3.248
27	Administrações Postais Estrangeiras					0
28	Locação financeira					0
29	Bens de domínio público					0
30	Outros investimentos					0
	Total	6.311.546	20.093.078	1.124.540	1.531.864	29.061.028

Deveres especiais de informação

A CP cumpre todos os deveres de informação previstos no despacho n.º 14277/2008 de 14 de maio, remetendo às Tutelas e Comissão de Fiscalização e disponibilizando no SIRIEF os dados requeridos sobre os Planos de Atividade e Orçamento e relatórios regulares de prestação de contas e de controlo de atividade.

Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2011

As contas individuais e consolidadas da CP – Comboios de Portugal foram aprovadas em 27 de setembro de 2012, através de despacho conjunto das Secretarias de Estado do Tesouro e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Desse despacho consta também a enumeração das alterações aplicáveis ao estatuto remuneratório dos gestores públicos e declara que durante a vigência do Plano de Assistência Económica e Financeira a Portugal, não haverá atribuição de prémios de gestão. Reitera ainda que encontra-se suspenso o pagamento dos subsídios de férias e de natal e que as remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012.

A CP acatou tal determinação, estando a cumprir as orientações e a aplicar corretamente as reduções remuneratórias nos vencimentos. O estatuto remuneratório aplicado ao Conselho de Administração encontra-se detalhado em ponto autónomo deste relatório relativo ao modelo de governo da Empresa.

Medidas de redução salarial

Em conformidade com a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, cujos efeitos foram mantidos em vigor pela Lei de Orçamento para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), a CP aprovou em 2011, um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no PEC.

Incluída nessas medidas, encontra-se a disposição contida no artigo 12.º, que prevê a redução em 5,0% da remuneração fixa mensal líquida dos gestores públicos, executivos e não executivos. Na CP, tal determinação foi acatada, tendo sido efetuada a correspondente redução salarial dos elementos do CA.

A remuneração fixa mensal líquida dos membros dos órgãos de fiscalização das entidades públicas empresariais foi reduzida a partir de 1 de janeiro de 2011 nos termos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (cfr. alínea q) do n.º 9 e alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e artigo 22.º). Na CP a remuneração do presidente da CF não atinge o valor da redução legalmente prevista pelo que não foi efetuada qualquer redução. No que concerne ao ROC (vogal da CF) foi realizada uma redução remuneratória de 3,5%.

Do mesmo modo, a CP está a cumprir as orientações e a aplicar corretamente a redução remuneratória nos vencimentos decorrente da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE 2012).

Efetivamente a prestação de serviços do auditor externo foi alvo de um concurso internacional em 2011 que possibilitou, de igual modo, uma redução de cerca de 75% dos encargos suportados com os serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas das empresas do Grupo. Este contrato vigorará para os exercícios dos anos de 2011, 2012 e 2013.

De igual forma, no início de 2012, a CP aplicou, em todo o Grupo, o regime de trabalho previsto para os trabalhadores em funções públicas, consagrado na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. Na sequência deste acatamento da Lei, a maioria dos sindicatos do sector manteve em 2012 o sucessivo e persistente surto grevista iniciado em 2011, com especial incidência entre o pessoal operacional, com as consequências fortemente nefastas para a população e para a Empresa daí advenientes.

Em 2012, mediante autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a CP manteve o regime de exceção para aplicação dos AE, permitido pela mesma entidade e adotado pela Empresa em 2011, salvo quanto ao pagamento do trabalho extraordinário e subsídio de férias e de natal ou equivalentes, que passou a ser efetuado nos termos do disposto na mencionada Lei de Orçamento para 2012. Refira-se que o disposto na Lei de Orçamento sobre o pagamento do trabalho extraordinário foi posteriormente objeto de consagração em alteração ao Código de Trabalho.

Segundo o Estatuto do Gestor Público, Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, as remunerações terão que ficar limitadas durante a vigência do Programa de assistência Económica e Financeira ao valor que já era pago (cfr. ponto 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012 de 26 de março).

No quadro seguinte são apresentados os gastos com o pessoal e com os órgãos sociais relativos ao período de 2010 a 2012, bem como as reduções/aumentos decorrentes das alterações legislativas mencionadas.

Designação	Unid: €		
	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	122.251.078,99	108.072.860,40	83.530.337,21
Gastos com Órgãos Sociais (€)	509.746,08	468.232,52	418.368,93
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	66.716,44	76.758,15
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	3.772.647,87	2.949.036,36	2.389.822,04
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	261.923,65	209.159,99
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	108.672.437,61	89.131.702,34	77.616.968,40
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	2.327.414,19	1.909.899,29
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Rescisões / Indemnizações (€)	9.296.247,43	15.523.889,18	3.105.177,84

Em síntese, em cumprimento da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei de Orçamento para 2012), e no que concerne às remunerações, a CP, em 2012, implementou as seguintes medidas:

• Órgãos sociais

- Não foram atribuídos prémios de gestão, nos termos do disposto no art.º 29.º, da Lei n.º 64-B/2011;
- Foram aplicadas as reduções remuneratórias previstas no art.º 20.º da Lei n.º 64-B/2011, tendo-se atingido uma redução total de 42.737 euros;
- Foi aplicada a redução de 5% prevista no art.º 12.º da Lei 12-A/2010, tendo-se verificado uma redução total de 22.493 euros;
- Foi efetuada a redução decorrente da RCM 36/2012 n.º3, tendo-se verificado uma redução total de 11.529 euros;
- Não foram efetuados os pagamentos referentes ao subsídio de férias e subsídio de natal, nos termos do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 64-B/2011.

• Restantes trabalhadores

- Foram aplicadas as reduções remuneratórias previstas no art.º 20.º da Lei n.º 64-B/2011, tendo-se atingido uma redução total de 2.119.059,28 euros;
- Não foram efetuados os pagamentos referentes ao subsídio de férias e subsídio de natal, nos termos do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 64-B/2011.

Aplicação do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

No âmbito da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos membros do Conselho de Administração, bem como não há também lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

Contratação pública

Os procedimentos adotados pela Empresa, em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. Com a entrada em vigor do CCP a Empresa adotou a plataforma eletrónica de contratação Gatewit (ex Construlink) desde julho de 2010, dotando-se, assim, dos meios necessários, para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos mais recentes (2010 e 2011), relacionados com aquisições de bens e serviços, recorreu à realização de concursos públicos e limitados ou a consulta a diversas entidades. Excetuam-se destes procedimentos, cerca de 5 adjudicações efetuadas por ajuste direto com consulta a uma só entidade, mas cujos valores envolvidos não se encontram abrangidos pelos limiares comunitários.

Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela Empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

Assim, até à data foram realizadas, via ANCP, a aquisição de economato e a aquisição de consumíveis de impressão por se mostrar adequado e vantajoso.

Em 2012 a CP recorreu aos acordos de vigilância e segurança e *renting* de viaturas.

Parque de veículos do Estado

A CP aderiu voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e apesar de ter feito as últimas contratação de veículos em *renting* através de tal sistema, não se encontra vinculada ao chamado parque de veículos do Estado.

Princípio da Igualdade do Género

A CP não faz discriminação no acesso às diversas categorias profissionais, constituindo aliás valores fundamentais da Empresa a qualidade do trabalho, a produtividade, a igualdade no tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, a não discriminação e a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, os quais se encontram expressos, nomeadamente, no respetivo Código de Ética.

Plano de redução de custos

O ponto 5 – Plano de Redução de Custos Operacionais – do Ofício-Circular n.º 82 de 6 de janeiro de 2012 da DGTF relativo às instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2012, estipulava que as empresas com EBITDA positivo deveriam assegurar a redução do peso dos CMVMC + FSE + Custos com pessoal (sem indemnizações) no volume de negócios.

Em cumprimento com o solicitado, a CP obteve em 2012 um EBITDA positivo, melhor que o registado no ano anterior, e uma redução face a 2011 do peso dos referidos gastos no volume de negócios, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Indicadores Financeiros (10 ³ €)	2012	2011	2012-1011	2012/2011
Vendas e serviços prestados	236.410	238.256	-1.846	-0,8%
Custo mercad. vendas e matr. consumidas	9.284	11.441	-2.156	-18,8%
Fornecimentos e serviços externos	165.581	163.269	2.312	1,4%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	80.425	92.549	-12.124	-13,1%
CMVMC+FSE+Pessoal	255.290	267.258	-11.968	-4,5%
Taxa de Cobertura	92,6%	89,1%	3,5 p.p.	

A melhoria da taxa de cobertura, atendendo à ligeira redução dos proveitos de tráfego, já abordada anteriormente neste relatório, decorreu essencialmente da redução dos gastos, com especial ênfase para a diminuição dos gastos com o pessoal, na sequência do decréscimo do efetivo a cargo e das reduções salariais decretadas.

A diminuição dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2,2 milhões de euros resultou por sua vez, de uma maior racionalização da oferta de serviços e da transferência para a CP Carga dos depósitos de combustível para tração estritamente afetos à atividade daquela empresa, que permitiu compensar as variações de preço ocorridas.

Apesar do esforço de contenção de gastos desenvolvido pela Empresa com impacto na maioria das rubricas, o crescimento global dos fornecimentos e serviços externos é justificado essencialmente pelos aumentos de gastos suportados com a infraestrutura ferroviária (+10,1 milhões de euros) e eletricidade para a tração (+2,8 milhões de euros). No caso específico dos gastos com a infraestrutura, o novo regime de tarifação para a rede ferroviária nacional emanado pela Unidade de Regulação Ferroviária representou um significativo acréscimo de encargos com a taxa de utilização de infraestrutura (+13,5 milhões de euros), parcialmente compensado pela redução de gastos com utilização de estações e apeadeiros (-2,3 milhões de euros) e informação ao público (-0,5 milhões de euros), que passaram a estar incluídos na taxa de utilização de infraestrutura. O aumento dos gastos com a eletricidade para tração é justificado pelos aumentos tarifários ocorridos em 2011 e 2012 e pelo facto da CP ter deixado de beneficiar de desconto de interruptibilidade desde agosto de 2011.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

De acordo com o Ofício-Circular n.º 82 de 6 de janeiro de 2012 da DGTF relativo às instruções sobre a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para 2012, as empresas do sector empresarial do Estado deveriam tomar em consideração as orientações constantes do Relatório do Orçamento de Estado para 2012, do Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 e do Memorando de Entendimento no que se refere à redução do número de efetivos e cargos de direção.

Em conformidade com o disposto, a CP reduziu em 2012, comparativamente com o ano de 2010 10% do efetivos e de 25% dos cargos dirigentes.

Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos) a cargo	3212	2957	2894
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	6	6	6
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	48	43	36
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	3158	2908	2852

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Após a publicação da Lei n.º 55-A/2010 a CP considerou que o Regime de Tesouraria do Estado, criado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 junho, com redação atualizada através da Lei n.º 39-A/2005, lhe passava a ser aplicável. No entanto, perante as dificuldades derivadas do desajustamento do regime à atividade da Empresa, solicitou ao Senhor Ministro das Finanças, autorização para que a movimentação das contas bancárias permanecesse no quadro do relacionamento bancário necessário ao apoio financeiro da Empresa e ao normal desenvolvimento da exploração dos serviços, sem prejuízo de se providenciar o aumento significativo de movimentos através do IGCP e a aplicação de todas as disponibilidades mobilizáveis na respetiva conta.

Embora não tenha obtido resposta ao solicitado, a CP passou a depositar tais verbas na IGCP, tendo o número de movimentos da conta do IGCP aumentado significativamente, quer a nível de recebimentos quer de pagamentos.

Não têm sido feitas quaisquer aplicações financeiras, por insuficiência de fundos, mas os valores disponíveis no curto prazo são mantidos na conta do IGCP. Como se referiu, a movimentação de contas bancárias junto da banca nacional mantém-se quer pela necessidade de continuar a recorrer ao seu apoio financeiro, quer também pela impossibilidade de alguns pagamentos e

recebimentos serem efetuados via conta do IGCP, dada a indisponibilidade das funcionalidades operacionais equivalentes às oferecidas pela rede de balcões bancários comerciais.
